

ACM defende acordo para MPs

GAZETA MERCANTIL

Senador propõe entendimento com Executivo para mudar regras

por César Felício
de Brasília

18 FEV 1997

O presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), aproveitou a solenidade de abertura da nova legislatura e pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a reabertura das negociações para a edição de medidas provisórias. "Queremos ter um entendimento cordial, e, se possível, afetuoso, com o presidente da República, para encontrarmos um ponto comum, de maneira a que o Executivo tenha como efetuar em tempo hábil as medidas que ele necessita, sem que o Legislativo abdique do seu direito de legislar", disse ACM.

As medidas provisórias, criadas pela Constituição de 1988 para substituir os antigos decretos-leis, há muito tempo causam irritação entre os congressistas. Tanto Fernando Henrique quanto os ex-presidentes Itamar Franco, Fernando Collor e José Sarney as editaram para todo e qualquer tema, inviabilizando o exame delas pelo Legislativo. Elas entram em vigor automaticamente, sem necessidade desse exame, e podem ser reeditadas infinitamente.



Antônio Carlos Magalhães

"As medidas provisórias representam uma legislação própria do Executivo, que não pode interferir no Legislativo. Nós não podemos admitir 40 medidas provisórias sendo reeditadas. Isto terá um fim", acrescentou o senador baiano, que disse ainda que, nos próximos dias, irá apresentar ao presidente Fernando Henrique uma proposta de emenda constitucional para alterar as atuais regras. De acordo com ACM, esta emenda constitucional deverá restringir a amplitude do uso de Mps, devolvendo em troca ao presidente a prerrogativa de legislar

por decreto em alguns assuntos. Antônio Carlos, em seu discurso, cobrou também do presidente o envio da proposta orçamentária "em tempo hábil para que o Legislativo a vote antes do término da sessão ordinária, e não no dia 31 de agosto, como é feito atualmente". Para ACM, "não é aceitável a omissão do Legislativo, postergando o exame do Orçamento. Se a lei de diretrizes orçamentárias sistematicamente não é cumprida, é melhor abolí-la".

O presidente do Senado ainda prometeu votar neste primeiro semestre matérias de alto interesse para o Poder Judiciário. "Vamos decidir, talvez dentro de 30 dias, sobre o angustiante problema do feito vinculante", afirmou, se referindo à emenda constitucional que obriga os juízes de primeira instância a decidir de acordo com o Supremo Tribunal Federal. ACM também prometeu "votar, em seis meses, o novo Código Civil". O anteprojeto do novo código está com tramitação parada há muito em uma comissão especial do Senado, presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e tendo como relator Josaphat Marinho (PFL-BA).